



FAROL RODOVIÁRIO

BASE OPERACIONAL:
Lençóis Paulista,
Pederneiras, Macatuba,
Areiópolis e Borebi,

FILIADO À:



Informativo do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários,
Urbanos e de Passageiros de Lençóis Paulista - Outubro/Novembro de 2013

- política

PROJETO AUMENTA SEGURANÇA NAS **estradas**

De autoria do deputado Onofre Santo Agostine, proposta foi aprovada na Câmara Federal e segue para sanção da presidente Dilma; se aprovado, projeto prevê a instalação de pontos de descanso a cada 150 quilômetros nas rodovias federais

página 3

- data base

Sindicato negocia revisão de trabalhadores da coleta de óleo

Outubro é a data-base para negociações coletivas dos trabalhadores da coleta de óleo. Segundo o Sincovelpa, mais de 400 profissionais aguardam o resultado. A expectativa da entidade é conseguir uma revisão acima da inflação acumulada no período. Em 2012, o índice foi 5,5765. Para este ano, a marca ficou em 5,6886.

página 4

- direitos

Empregador não cumpre critérios para concessão de férias

página 4



página 2

- na boleia

Outubro é mês de novidades importantes

Outubro é um mês importante para a base de trabalhadores do Sincovelpa. É o mês da data base para as negociações de reajustes salariais para os companheiros que atuam na coleta e transporte de óleo para rerrefino, e outras atividades ligadas à produção do Grupo Lwart.

É o momento de reivindicar os direitos do trabalhador e tentar – como tentamos todos os dias, em cada ação realizada – dar mais qualidade às condições de trabalho da cate-

goria. E faz parte de ter boas condições de trabalho um salário atualizado e, de preferência, revisões com algum ganho real.

Na edição de outubro, o Farol Rodoviário traz informações importantes para o trabalhador – e já que o assunto é melhoria nas condições de trabalho –, como o projeto aprovado pela Câmara Federal que prevê a implantação de pontos de descanso a cada 150 quilômetros.

Ainda falta a sansão da presidente Dilma. Mas, se sair do papel, é um projeto que vai dar

mais opções ao trabalhador, que enfrenta um sacrifício diário pelas estradas Brasil afora.

E tem ainda os 70 anos da CLT, uma análise da desvalorização da aposentadoria, problemas que os empregadores tem criado para a concessão de férias, e muitas outras informações importantes para o trabalhador da nossa base. A informação é fundamental para que cada um de nós faça valer os nossos direitos, usando para isso, a força da nossa união. Boa leitura!

- radar

CLT completa 70 anos em 2013

Criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, em 2013 a CLT completou 70 anos. Dois anos antes, Vargas havia criado a Justiça do Trabalho.

A CLT unificou a legislação trabalhista então vigente no Brasil e foi um marco por inserir, de forma definitiva, os direitos dos trabalhadores na legislação brasileira. Seu objetivo principal é regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho.

As discussões sobre direitos de trabalhadores e as formas de solução de conflitos entre patrões e empregados no Brasil, tiveram início com o fim da escravidão, em 1888. A fase embrionária da CLT perdurou por quatro décadas.

A Constituição de 88 incorporou direitos trabalhistas essenciais ao seu texto. A palavra “trabalho”, que na concepção antiga tinha o sentido de sofrimento e esforço, ganhou, assim, uma roupagem social, relacionada ao conceito de dignidade da pessoa humana.



NOVIDADE

Mais uma empresa entra na lista de conveniadas do Sincovelpa. É o Morelli Gás, que agora passa a atender o trabalhador da nossa base com descontos diferenciados. Mais informações na secretaria do sindicato.

ONLINE

Para quem está conectado ao mundo virtual, o Sincovelpa também tem sua estação online. Através do endereço www.sincovelpa.com.br, o associado pode acompanhar todas as movimentações da entidade, como acordo, assembleias e novos convênio. Em nosso site também há um arquivo de edições antigas do Farol Rodoviário e um serviço de contao para associados. Confira!

CLT foi assinada pelo então presidente Getúlio Vargas (foto) em maio de 1943, e unificou a legislação trabalhista brasileira

- expediente

Informativo do Sindicato dos Contutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Urbanos e de Passageiros de Lençóis Paulista

Produção:
EDITORA CENTRO OESTE

Jornalista responsável:
CRISTIANO GUIRADO

Impressão:
GRÁFICA GRCI - JAÚ

Tiragem:
2 MIL EXEMPLARES

Presidente:
JOSÉ PINTOR

Vice Presidente
ANTONIO DONIZETE MEDOLAGO
Vice Presidente Adjunto
ADEMIR VOLTOLIN

Secretario Geral
JURANDIR PEREIRA DE MORAES

Secretario Geral
ADJUNTO JORGE DE OLIVEIRA RODRIGUES
Diretor Financeiro
MARIO LUCIO MARTINS CAMARGO
Diretor Financeiro Adjunto
AMAURI CARDOSO DE ARRUDA

Suplentes de Diretoria:
CARLOS AUGUSTO BENTO DE MIRANDA
JOSÉ ANTONIO ALVES DE LIMA

Conselho Fiscal Efetivo:
NIVALDO BENTO DE MIRANDA
JOSÉ ANTONIO GUSTAVO
ADEMILTON TEOTÔNIO DA SILVA

Suplentes do Conselho Fiscal:

LUIZ CARLOS HARBERHON
JOÃO LUIZ BALDIN
JOSÉ APARECIDO MARTINS

Delegados Federativos Titulares Junto à Federação:

JOSE ANTONIO ALVES DE LIMA
ADEMIR VOLTOLIN

Delegados Federativos Suplentes Junto a Federação:

ANTONIO PEREIRA

- legislação

Um refúgio nas estradas

Rodovias devem ter pontos de apoio a cada 150 quilômetros; projeto foi aprovado na Câmara Federal e aguarda sanção da presidente Dilma

Ainda neste ano a presidente Dilma Housseff deve aprovar um projeto de lei que prevê garante a construção por empresas privadas de pontos de apoio a cada 150 quilômetros em rodovias federais. Apresentado em 2011 pelo deputado Onofre Santo Agostine, o projeto foi aprovado pela Câmara Federal no dia 8 de outubro e agora segue para a sanção presidencial.

De acordo com o projeto, esses pontos deverão oferecer serviços com a garantia de conforto e a conveniência dos motoristas. A ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, regulamentará o que as instalações devem conter.

A matéria seguirá para sanção presidencial caso não haja recursos para a mesma ser votada também em Plenário. Não é o ideal, é um avanço para melhoria das condições de trabalho do motorista, como garante o artigo 9º da Lei do Descanso.

Para o presidente do Sincovelpa, José Pintor, essa é uma conquista importante para o trabalhador. “No Brasil, mais de 70% do transporte é feito sobre rodas nas estradas. A vida do motorista na estrada é de muito sacrifício, com a criação desses pontos de apoio, vai melhorar. Ainda não é o suficiente, mas já é alguma coisa”, avalia. “O pessoal vai ter mais lugares para descansar”, completa.

Segundo Pintor, se sancionada pela presidente, a lei vai melhorar a vida de muitos trabalhadores da base. “Lençóis e região tem muita gente que vive essa realidade. Só na coleta de óleo, são 45 carretas que rodam o tempo todo, fora outras empresas do ramo de alimentícios e trabalhadores autônomos”, cita.



BIZUNGÃO É UM BOM MODELO

O presidente do Sincovelpa, José Pintor, considera o Posto Bizungão III, na rodovia Castelo Branco, como um bom modelo a ser seguido para a implantação dos pontos de descanso previstos na nova lei. “O Posto Bizungão tem pátio excelente, motorista pode descansar, tomar banho, fazer refeições, consertar, lavar e fazer manutenção no caminhão, é um benefício par os motoristas e para os empresários que vendem serviços e produtos”, avalia.

- ACIDENTE DE TRABALHO

Justiça determina indenização de família de trabalhador morto em serviço

O Tribunal Regional do Trabalho da região de Campinas deu ganho de causa aos herdeiros de um trabalhador de São José do Rio Pardo, que morreu aos 32 anos, vítima de choque elétrico, dentro da empresa em que trabalhava. Os reclamantes, o filho menor (um ano e quatro meses, representado por sua mãe) e a própria viúva, conquistaram indenização por dano material e moral.

A empresa, uma indústria de transformadores elétricos, foi condenada a pagar, de uma só vez, o valor equivalente a dois terços do salário mensal da vítima, multiplicado pelo número de meses “desde a sua morte até a data em que completaria 78 anos”. Os herdeiros deverão rece-

ber 400 salários mínimos, além de correção monetária e juros.

A Justiça também determinou que a empresa comece a pagar, imediatamente, o valor mensal do pensionamento, na data em que a vítima recebia habitualmente seu salário, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso.

A sentença inicial da Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo havia julgado improcedente o pedido dos herdeiros reclamantes. No recurso, no entanto, o Tribunal Regional entendeu que o trabalhador, no dia do acidente, estava submetido a uma jornada extenuante e ilegal, de mais de dez horas de trabalho, e estaria esgotado física e mentalmente.

- kit escolar

Declarações de matrícula devem ser entregues até dia 6 de dezembro

O Sincovelpa já está recebendo as declarações de matrícula dos filhos dos trabalhadores que vão retirar o kit escolar para o início do próximo ano letivo. Os interessados em receber o benefício devem entregar a documentação até o dia seis de dezembro.

Implementado em 2008, o kit escolar é um dos benefícios que o associado mais gosta. O Sincovelpa aproveita a mobilização para a entrega do material para realizar a campanha de doação de leite e pede para que o trabalhador leve um litro de leite no dia da retirada do material escolar.

O montante arrecadado será revertido à Rede de Combate ao Câncer de Lençóis Paulista. No ano passado foram doados mais de 1,1 mil litros.

- entrevista



O entrevistado do mês do Farol Rodoviário, é o mecânico de colheadeira Francisco Paes

UMA AJUDA FUNDAMENTAL

Francisco Paes é associado há 12 anos

Francisco Paes tem 35 anos e um currículo variado. Começo como bituqueiro, depois passou a ser engatador, mecânico de manutenção do equipamento, tratorista, condutor de colheadeira e agora, mecânico de colheadeira. E o mais curioso, tudo isso na mesma empresa, a PHD Cana. “É igual futebol, começa nas escolhinhas de base e vai evoluindo até chegar ao profissional”, brinca.

Farol – Como você descobriu o sindicato.

Paes – Descobri o sindicato pela empresa. Logo que comecei a trabalhar já me filiei ao sindicato. Inclusive ano passado eu tive que escolher entre o sindicato de outra categoria e escolhi ficar nesse

Farol – O que você acha da atuação do Sincovelpa?

Paes – O Sindicato pra mim é fundamental. É difícil acompanhar as negociações, mas sei que ajuda a gente, bastante.

Farol – Quais serviços do sindicato você mais utiliza?

Paes – Cabeleireiro, hoje eu vim para cortar o cabelo, minha esposa também vem com as crianças, dentista, o material escolar e usamos bastante os descontos que o sindicato dá em várias lojas. Isso ajuda bastante, não acho ruim.

- revisão salarial

Outubro é a data-base para negociações com Grupo Lwart

Correção dos vencimentos interessam a cerca de 400 trabalhadores

Outubro é a data-base para negociações coletivas para trabalhadores do Grupo Lwart. Segundo o Sincovelpa, mais de 400 profissionais aguardam o resultado da negociação. Outras categorias – como papeleiros, químicos e trabalhadores rurais – também tem data-base

neste mês.

Segundo o presidente do Sincovelpa, José Pintor, a expectativa é conseguir uma revisão acima da inflação acumulada no período. “Vamos tentar uma negociação que possa atender aos anseios do trabalhador”, afirmou. De acordo com o presi-

dente, pelo menos o repasse da inflação é garantido.

A revisão salarial é feita de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 meses. Em 2012, o índice foi 5,5765. Para este ano, a marca ficou em 5,6886.

- aposentadoria

STF mantém revisão de benefícios a cada dez anos

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que pedidos de revisão de benefícios previdenciários devem ser feitos até dez anos após a concessão da pensão ou aposentadoria.

Para chegar à decisão, o STF julgou o caso de uma aposentada por invalidez que pedia a revisão de seu benefício e alegava que uma

lei que entrou em vigor em 1997 -que fixava o prazo de dez anos- não deveria lhe atingir, uma vez sua aposentadoria foi concedida antes da nova legislação.

Para o STF, os dez anos devem valer para todos independentemente de quando a aposentadoria foi concedida. Por unanimidade os ministros entenderam que o prazo

de dez anos para o pedido de revisão é um critério universal, vale para todos os beneficiários, e garante uma maior previsibilidade para os gastos do INSS.

Como a chamada repercussão geral foi reconhecida no processo, a decisão dele vale para outros casos semelhantes que estão instâncias inferiores da Justiça.

Aposentado perde dinheiro

O presidente do Sincovelpa, José Pintor, manifestou a preocupação da entidade com a perda salarial acumulada pelo aposentado ao longo dos anos. “É normal ouvirmos o trabalhador falar que quando se aposentou, ganhava cinco salários mínimos e hoje

ganha três. O índice de reajuste da inflação é maior que o índice de ganho real. Ele está perdendo dinheiro”, afirmou. “Na ponta do lápis, isso significa que quem ganha R\$ 1.000 passará a receber R\$ 1.060,80. Porém, esses R\$ 60,80 extras cobrem apenas o

que o aumento dos preços ao longo de 12 meses. Nada a mais para o bolso. O ganho real entre o seguro que recebe mais que um salário mínimo e aquele que ganha o piso (R\$ 622) já acumula uma diferença de 91% entre 2000 e 2012”, completa

- direitos do trabalhador

Empregador descumpra lei de concessão de férias

Sindicato reclama que critérios essenciais não estão sendo observados

O Sincovelpa observa que uma série de empregadores de Lençóis Paulista e região não cumprem a lei de concessão de férias ao trabalhador. Segundo o presidente da entidade, José Pintor, uma série de critérios não são observados. “O mais grave é a não observação da antecedência de 30 dias de comunicação”, ressalta. “É comum o empregador comu-

nicar o trabalhador que no dia seguinte ele está de férias. Com isso, outro critério importante não é cumprido: 48 horas antes do trabalhador sair de férias, ele tem que receber o dinheiro a quem direito”, explicou.

Segundo José Pintor, quando isso acontecer, o trabalhador pode recusar as férias e procurar o sindicato para fazer

valer seus direitos. “A CLT existe para ser cumprida. E os patrões devem ficar atentos à programação de férias. Da mesma forma que o trabalhador não pode exigir que o empregador lhe dê férias em um determinado período. Tem que ser em uma época que melhor convém às duas partes, logo, é preciso uma decisão participativa”, completa.



- homenagem Sindicato recebe Moção de Aplausos da Câmara

De autoria dos vereadores Manezinho, Jonadabe e Dodô Santana, projeto parabeniza trabalhador pelo Dia do Motorista